



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Terceira Procuradoria

PROCESSO N.º 14.080/2018-e

PARECER N.º 765/2018-G3P

EMENTA: Representação. Sindicato dos Médicos Veterinários do Distrito Federal – Sindvet/DF. Possíveis ilegalidades no Edital de Chamamento Público n.º 01/2018, que trata do chamamento público de Organizações da Sociedade Civil – OSC interessadas na implantação e operacionalização do Hospital Veterinário Público – HVEP, em parceria com o IBRAM. Conhecimento. Exame de mérito. Instrução pugna pela improcedência da Representação. Parecer convergente do Ministério Público de Contas.

Tratam os autos do exame de representação formulada pelo Sindicato dos Médicos Veterinários do Distrito Federal – Sindvet/DF (e-DOC 4790E326-c; Peça n.º 03), denunciando possíveis ilegalidades no **Edital de Chamamento Público n.º 01/2018**, publicado pelo Instituto Brasília Ambiental – IBRAM, publicado no DODF de 31.01.2018 (páginas 77/78), tendo por objeto o chamamento público de Organizações da Sociedade Civil (OSC) para implantar e operacionalizar o Hospital Veterinário Público – HVEP, em parceria com aquele Instituto.

2. Na Representação em questão, insurge-se contra possível restrição ao caráter competitivo do certame, falhas relativas aos requisitos necessários ao funcionamento do HVEP, além de solicitação de esclarecimentos do IBRAM quanto à previsão de criação de faculdade de medicina veterinária passível de ser explorada por particular, requerendo a apuração do Tribunal para verificar as ocorrências apontadas e, caso confirmadas, a adoção de medidas para anular os vícios denunciados ou o certame.

3. Por meio da **Decisão n.º 2.079/2018** (e-DOC C16FD1A-e; Peça n.º 09), o Tribunal tomou conhecimento da Representação protocolada e concedeu ao IBRAM e à Associação Nacional de Clínicos Veterinários de Pequenos Animais – ANCLIVEPA/SP prazo para apresentação dos esclarecimentos pertinentes aos fatos denunciados.

4. Em atendimento ao citado **decisum**, a o IBRAM se manifestou via Ofício SEI-GDF 1.123/2018-IBRAM/PRESI (e-DOC 77CA7D80-c; Peça n.º 20), cujo teor examina-se no atual momento processual, enquanto a ANCLIVEPA/SP não compareceu aos autos para apresentar seus esclarecimentos.

5. Ao examinar os esclarecimentos carreados aos autos pela jurisdicionada, a Unidade Técnica, em apertada síntese, considerou que **não houve a restrição de competitividade** alegada, uma vez que o IBRAM “(...) apenas seguiu as exigências impostas pela Lei n.º 13.019/2014, em relação à qualificação técnica, econômico-financeiro e jurídico”.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Terceira Procuradoria

6. No tocante à **falta de atendimento dos requisitos exigidos pela Resolução n.º 1.015, do Conselho Federal de Medicina Veterinária – CFVM**, a Unidade Técnica ressaltou que a utilização do termo “Hospital” pela Administração “(...) *refere-se apenas a um nome de fantasia, e que o registro solicitado no Conselho Regional de Medicina Veterinária foi referente a Clínica Veterinária, cujos requisitos são menores e compatíveis com a qualificação técnica presente no edital*”.

7. Quanto à **falta de previsão no edital para disponibilização de profissionais qualificados**, registrou que a Administração “(...) *conseguiu extrapolar a meta inicial em dez vezes, demonstrando capacidade de atendimento, bem como demonstrou que os critérios utilizados na seleção das organizações exigiam profissionais qualificados*”, acrescentando que “(...) *não houve impugnações no certame*”.

8. Por fim, no que concerne à **falta de condições para abertura de faculdade de medicina veterinária**, verificou que “(...) *as exigências para ensino, pesquisa e extensão previstas no edital referem-se apenas a um item de qualificação para a entidade proponente, e não de desclassificação*”, ressaltando que o Edital em exame “(...) *não faz qualquer menção a faculdade de medicina veterinária*”, não assistindo razão ao Representante.

9. Diante das análises em comento, a Unidade Técnica conclui pela improcedência da Representação, sugerindo ao Tribunal:

“I - conhecer o Ofício SEI-GDF nº 1123/2018-IBRAM/PRESI (Peça 20);

II - considerar improcedente a Representação encaminhada pelo Ofício nº 004/18-SINDICATO (Peça 3)

III - autorizar:

a) a ciência do Instituto Brasília Ambiental – Ibram – e do Representante, qualificado à Peça 3;

b) o retorno nos autos à Secretaria de Acompanhamento, para fins de arquivamento.”

10. Encaminhado o feito ao Ministério Público de Contas para manifestação, por força do Despacho Singular n.º 425/2018–GCIM ([e-DOC 1257AA2D-e](#); [Peça n.º 24](#)), passo a examinar, no atual momento processual, o mérito das manifestações trazidas aos autos pelo IBRAM ([Peça n.º 20](#)), registrando, de antemão, que a Associação Nacional de Clínicos Veterinários de Pequenos Animais – ANCLIVEPA/SP não se manifestou quanto às possíveis ilegalidades aventadas na Representação em tela, o que não impede a presente análise.

11. O Presidente do IBRAM, **Sr. Aldo César Vieira Fernandes**, após registrar o cumprimento tempestivo da **Decisão n.º 2.079/2018** ([Peça n.º 09](#)), apresenta as atribuições do Instituto previstas no art. 3º da Lei n.º 3.984/07, destacando as disposições contidas nos incisos III e XI, que estabelecem como competências do IBRAM “(...) **III – propor e desenvolver ações de promoção, proteção, conservação, preservação, recuperação,**



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Terceira Procuradoria

restauração, reparação e vigilância dos recursos ambientais e hídricos do Distrito Federal; (...) XI – promover a proteção e o manejo integrado de ecossistemas, de espécies, do patrimônio natural e genético de representatividade ecológica do Distrito Federal (...)” (grifos do original) (fls. 01/03 da [Peça n.º 20](#)).

12. Informa que o IBRAM “(...) *tem atuado em várias frentes. Uma delas, inclusive, se refere à prestação de serviços médicos-veterinários gratuitos à população por meio de Termo de Parceria com entidade da sociedade civil, conforme preconiza a Lei n.º 13.019/2014 e o Decreto Distrital n.º 37.843/16*”, acrescentando que tal medida “(...) *se justifica porque, além da superpopulação de cães e gatos domésticos gerar diversos problemas, existe uma grande dificuldade por parte de uma parcela significativa da sociedade de arcar com os cuidados médicos veterinários de seus animais, muitas vezes por falta de recursos financeiros. Assim, muitos acabam em situação não domiciliada ou semi-domiciliada, com acesso as ruas, onde podem ser maltratados, participar das cadeias de transmissão de zoonoses, se envolver em acidentes de trânsito e mordeduras, além de colocar em risco animais silvestres e seus habitats, sobretudo, nas Unidades de Conservação da natureza*” (fl. 03 da [Peça n.º 20](#)).

13. Ressalta que “(...) *desde 2014, o IBRAM trabalha no sentido de viabilizar uma estrutura que pudesse abrigar as instalações do primeiro Hospital Público Veterinário do Distrito Federal, tendo, para tanto, firmado os Termos de Compromisso de Compensação Florestal n.º 100.000.003/2014 de Compensação Ambiental n.º 100.000.001/2014*”, salientando que “(...) *após a apreciação dos modelos de gestão atualmente existentes, a Coordenação de Fauna entendeu pela assinatura de um Termo de Colaboração, nos moldes da Lei n.º 13.019/2014 e do Decreto Distrital n.º 37.843/16, entre o IBRAM e uma entidade sem fins lucrativos para operacionalização do Hospital*” (fls. 03/04 da [Peça n.º 20](#)).

14. Esclarece os fundamentos que justificaram a implantação do HVEP e o lançamento do **Edital de Chamamento Público n.º 01/2018** com os requisitos ali dispostos, assinalando que “(...) *todas as etapas legais previstas tanto na Lei n.º 13.019/2014 quanto no Decreto Distrital n.º 37.843/2016 foram rigorosamente seguidas, de modo que não há qualquer vício a ser sanado*” (fls. 04/05 da [Peça n.º 20](#)).

15. Na sequência, o jurisdicionado passa a se manifestar, especificamente, quanto aos pontos suscitados na Representação.

Quanto à possibilidade de escolha de organização sem capacidade técnica

16. Rebate a alegação apresentada pelo representante de que a escolha da organização para administrar o HAVEP poderia criar situações absurdas e irregulares, como por exemplo, credenciar um licitante que não tivesse administrado ou sido gestor da área de saúde animal, considerando que esse argumento “(...) *é falacioso e não encontra qualquer respaldo no presente caso*”, transcrevendo, à literalidade, os “*Requisitos de Habilitação*” estabelecidos no item 10 do Edital ora questionado (fls. 06/08 da [Peça n.º 20](#)).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Terceira Procuradoria

Análise

17. Assiste razão ao IBRAM. De fato, os requisitos de habilitação estabelecidos no **Edital de Chamamento Público n.º 01/2018** são claros e demonstram que a organização social não seria selecionada tão somente com base na melhor proposta, uma vez que a entidade deverá apresentar, além de regularidade jurídica, fiscal e financeira, elementos comprobatórios de que os objetivos de sua instituição contemplariam a promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social; experiência na administração de consultórios, clínicas e hospitais veterinários; comprovação de ações desenvolvidas na área; declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos.

18. Assim sendo, entendo **improcedente** a alegada possibilidade de escolha de organização sem capacidade técnica de desenvolver as atividades previstas para a implantação e gestão do HVEP.

Quanto à falta de atendimento aos requisitos da Resolução n.º 1.015/12 do Conselho Federal de Medicina Veterinária – CFMV pela utilização da nomenclatura de “Hospital”

19. Sobre o apontamento, o IBRAM esclarece que a nomenclatura de “(...) *Hospital Veterinário Público – HVEP* é um nome fantasia, pois facilita a comunicação com o público em geral”, ressaltando que “(...) *junto ao Conselho de Medicina Veterinária do DF – CRMV-DF, o registro fora solicitado como Clínica Veterinária, em perfeita sintonia com o disposto na Resolução CFMV 1015/2012 (CNPJ 45.877.305/0005-48)*” (fls. 08 e 14 da [Peça n.º 20](#)).

Análise

20. De acordo com os artigos 2º, 3º, 4º e 5º da Resolução CFMV n.º 1.015/12¹, que deveria ser observada pelas organizações interessadas, as exigências para o funcionamento de uma Clínica Veterinária são menores que para um Hospital Veterinário.

21. Observe-se que a parceira objeto do **Edital de Chamamento Público n.º 01/2018** “(...) *envolve recepção e triagem, atendimento clínico (incluindo emergenciais), atendimento cirúrgico, realização de exames laboratoriais e de imagem, acompanhamento dos tratamentos, gestão dos medicamentos e gestão de prontuários para a prestação de serviços veterinários em cães e gatos*”, atividades cujo desenvolvimento se adequa ao funcionamento de “*Clínica Veterinária*”, conforme registro solicitado junto ao Conselho de Medicina Veterinária do DF – CRMV-DF (fl. 14 da [Peça n.º 20](#)).

¹ Disponível em <<http://portal.cfmv.gov.br/lei/download-arquivo/id/488>>



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Terceira Procuradoria

22. Em que pese a Representação em tela apontar que o Edital não previa atendimento aos usuários em período integral (24 horas), o que é obrigatório em hospitais veterinários, o certo é que, no caso vertente, as atividades a serem desenvolvidas pela organização selecionada podem ser executadas por clínicas, em que não existe tal obrigatoriedade, conforme dispõe o art. 4º, **caput** e §1º, da Resolução CFMV n.º 1.015/12, senão vejamos:

“Art. 4º Clínicas Veterinárias são estabelecimentos destinados ao atendimento de animais para consultas e tratamentos clínico-cirúrgicos, podendo ou não ter cirurgia e internações, sob a responsabilidade técnica e presença de médico veterinário.

§1º No caso de haver internações, é obrigatório o funcionamento por 24 horas, ainda que não haja atendimento ao público, e um profissional médico veterinário em período integral” (Grifei).

23. Nesse contexto, entendo **improcedente** a alegação de que haveria descumprimento da Resolução CFMV n.º 1.015/12.

Quanto à falta de exigências básicas para implementação do HVEP e ausência de previsão no Edital para disponibilização de profissionais qualificados

24. O IBRAM registra que “(...) a representação não demonstra quais ausências justificaram tal afirmação”, informando que “(...) nos primeiros 50 dias de operação, o HVEP tem sido muito bem sucedido. Basta verificar os resultados de atendimentos, que superaram todas as expectativas. O plano de trabalho prevê como meta o atendimento de 15 animais por dia. No entanto, a ANCLIVEPA-SP, organização selecionada no chamamento público, tem feito cerca de 150 atendimentos por dia, ou seja, 10 vezes mais do que foi inicialmente previsto” (fl. 08 da [Peça n.º 20](#)).

25. Esclarece que “(...) considerando a repercussão pública gerada com o início das atividades do HVEP, o IBRAM buscou antecipar a execução de recursos previstos para a parceria, que perfazem R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) em 60 meses, de forma a manter, no mínimo, a volume de atendimentos ofertados atualmente, que gira em torno de 150 animais por dia”, destacando que “(...) a GOVERNANÇA-DF, sensível ao tema, autorizou a suplementação de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), por meio do Processo SEI 00391-00003863/2018-83, para o orçamento do projeto no exercício de 2018” (fl. 08 da [Peça n.º 20](#)).

Análise

26. As alegações indicadas pelo Representante não merecem prosperar. Além de os resultados apresentados pela ANCLIVEPA-SP, organização social selecionada no chamamento público ora questionado, demonstrarem que os objetivos pretendidos pelo IBRAM foram superados, verifica-se que o documento “Roteiro de Elaboração da Proposta”, objeto do Anexo II ao **Edital de Chamamento Público n.º 01/2018** (fls. 10/18 da



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Terceira Procuradoria

Peça n.º 04), e os “*Critérios de Seleção*”, constantes do Anexo III (fls. 19/22 da **Peça n.º 04**), revelam os aspectos que deveriam ser cumpridos pela entidade selecionada com base na pontuação obtida nos seguintes requisitos: *Infraestrutura; Equipe Técnica de Apoio; Capacidade Operacional; Plano de Educação em Saúde; Plano de Mobilização de Recursos Complementares; Pesquisa, Ensino e Extensão; Modelo de Monitoramento do Desempenho e Execução do Objeto*, cujo detalhamento específico integra o instrumento convocatório em apreço.

27. Assim, entendo **improcedente** a Representação quanto aos pontos relativos à falta de exigências básicas para implementação do HVEP e à ausência de previsão para disponibilização de profissionais qualificados.

Quanto à possível restrição ao caráter competitivo

28. O jurisdicionado esclarece que “(...) o *Edital de Chamamento n.º 1/2018* foi publicado pelo IBRAM, em consonância com a *Lei n.º 13.019/2014* e o *Decreto Distrital n.º 37.843/16*, que dispõem sobre o regime jurídico das parcerias celebradas entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil no âmbito do Distrito Federal”, acrescentando que, na verdade, citados diplomas legais se revelam “(...) um novo regime jurídico que disciplina as parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, estimulando a gestão pública democrática e a valorização dessas instituições sem fins lucrativos” (fl. 04 da **Peça n.º 20**).

29. Explica que “(...) o *Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC*, aprovado pela *Lei n.º 13.019/2014*, gerou avanços importantes como a desburocratização do processo de prestação de contas, a transparência na aplicação dos recursos públicos e a possibilidade de maior planejamento para execução das etapas das parcerias firmadas”, ressaltando que o modelo escolhido “(...) fundamenta-se na construção de uma colaboração cujo terceiro agrega seu trabalho e know-how motivado unicamente pelo objeto da parceria, tendo em vista que não há fins lucrativos, como ocorrem nos contratos administrativos” (fls. 04/05 da **Peça n.º 20**).

30. Informa que “(...) lançou *Edital de Chamamento Público com a minuta do Termo de Colaboração*, elaborados em conformidade com o disposto na *Lei Federal n.º 13.019/2014* e no *Decreto Distrital n.º 2 37.843/2016*, Anexos I e II, conforme atestado pela Procuradoria Jurídica da Instituição”, assinalando que “(...) o edital foi publicado no site do IBRAM e no *Diário Oficial do Distrito Federal* em 31/1/2018, o resultado provisório em 9/3/2018, o resultado definitivo da classificação das propostas em 15/3/2018, o resultado da habilitação em 20/3/2018 e o extrato do *Termo de Colaboração* em 4/4/2018”, sendo fornecidos todos os prazos legais para manifestação dos interessados e conhecimento da população (fl. 05 da **Peça n.º 20**).

31. E mais, afirma que não foram apontados indícios de irregularidades que mereçam a atuação da Corte de Contas, asseverando que “(...) parece que a intenção do Representante é apenas tumultuar o andamento dos trabalhos do HVEP” e que a existência

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL****Terceira Procuradoria**

do HVEP “(...) *pode impactar no mercado, uma vez que as pessoas menos abastadas não precisarão deixar de comer para arcar com o tratamento médico-veterinário de seus animais. Tal fato, inclusive, deve trazer insegurança à nobre categoria de médicos veterinários que atuam na iniciativa privada*” (fls. 05/06 da [Peça n.º 20](#)).

Análise

16. As informações prestadas pelo IBRAM e a documentação constitutiva dos autos demonstram que foi dada ampla publicidade ao instrumento convocatório, sendo, no sentir ministerial, atendidas as etapas previstas na legislação de regência, inclusive quanto aos prazos para impugnação e manifestações contrárias, prerrogativas que não ocorreram o chamamento público em exame.

17. Observe-se que o Edital objeto da Representação em exame foi elaborado em com formidade com a Lei n.º 13.019/14, que trata do novo regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, também denominado Marco Regulatório das Organização Sociais Civis – MROSC, que foi regulamentado, no âmbito do Distrito Federal, pelo Decreto n.º 37.843/16.

18. Referido MROSC estabelece, no **caput** do seu art. 84, que “(...) *Não se aplica às parcerias regidas por esta Lei o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993*”. Todavia, apesar de a parceira em questão não ser regida pela Lei n.º 8.666/93, o MROSC não isentou a administração de exigir qualificação técnica, consoante art. 33, inciso V, da citada Lei n.º 13.019/14, que assim dispõe:

“Art. 33. Para celebrar as parcerias previstas nesta Lei, as organizações da sociedade civil deverão ser regidas por normas de organização interna que prevejam, expressamente:

(...)

V - possuir:

(...)

a) no mínimo, um, dois ou três anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, conforme, respectivamente, a parceria seja celebrada no âmbito dos Municípios, do Distrito Federal ou dos Estados e da União, admitida a redução desses prazos por ato específico de cada ente na hipótese de nenhuma organização atingi-los;

b) experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL****Terceira Procuradoria**

c) instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas” (Grifei).

19. Como se vê, o art. 33 da Lei n.º 13.019/14 estabelece, não apenas os requisitos de qualificação técnica, como exige experiência prévia da organização social na realização do objeto da parceria ou de natureza semelhante, exigências devidamente fixadas no **subitem 10.11** do Edital, nos seguintes termos:

“(...) 10.11 - Documentos que comprovem experiência com atividade idêntica ou similar ao objeto da parceria, que capacita a organização para a celebração da parceria desde que demonstrado que apresenta experiência na administração de consultórios, clínicas e hospitais veterinários, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros: (...)” (Grifei).

20. Observa-se, portanto, que o Edital reproduz, fielmente, as exigências previstas na Lei n.º 13.019/14.

21. O **subitem 7.1** do Edital prevê que as propostas apresentadas pelas organizações sociais interessadas na parceria deveriam atender aos requisitos previstos nos **Anexos II e III** (fl. 02 da [Peça n.º 04](#)), enquanto os **itens 10 e 11** especificam, respectivamente, as condições de habilitação e inhabilitação das organizações sociais interessadas no chamamento público (fls. 04/06 da [Peça n.º 04](#)).

22. No **item 10**, que estabelece os requisitos de habilitação, verifica-se que as especificações ali explicitadas não continham restrições à ampla competição, uma vez que visavam selecionar a proposta mais vantajosa em termos jurídicos, fiscais, financeiros e técnicos, escolhendo organização social que apresentasse compatibilidade com os objetivos definidos para a parceria.

23. Por sua vez, o **item 11** do Edital, que trata de impedimentos e inhabilitação, visa aferir a regularidade formal da documentação de habilitação por meio de consulta ao Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO e ao Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos – CEPIM, inabilitando a organização em caso de omissão ou não atendimento aos requisitos estabelecidos no **item 10**, dando efetividade às previsões ali contidas.

24. O **Anexo II** (fls. 10/18 da [Peça n.º 04](#)) trata do Roteiro de Elaboração da Proposta e detalha, entre outros pontos, a capacidade operacional da organização social, enquanto o **Anexo III** (fls. 19/22 da [Peça n.º 04](#)) estabelece, de forma clara e precisa, os critérios de seleção – *Infraestrutura; Equipe Técnica de Apoio; Capacidade Operacional; Plano de Educação em Saúde; Plano de Mobilização de Recursos Complementares; Pesquisa, Ensino e Extensão; Modelo de Monitoramento do Desempenho e Execução do Objeto.*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Terceira Procuradoria

32. Nesse diapasão, considero **improcedente** a alegação quanto à possível restrição ao caráter competitivo no chamamento público em exame.

Quanto à falta de condições para abertura de faculdade de medicina veterinária

33. O jurisdicionada informa que “(...) o chamamento público do HVEP não prevê a criação de uma faculdade de medicina veterinária”, ressaltando que “(...) nos termos do Edital e do Plano de Trabalho aprovado, será permitida e estimulada a realização de pesquisa, ensino e extensão, desde que esteja no âmbito do objeto estabelecido e seja vantajoso para a parceria” (fl. 08 da [Peça n.º 20](#)).

34. Esclarece, ainda, que “(...) a inclusão desse tópico na proposta objetiva ampliar a abrangência da execução do objeto da parceria e também ser fonte de recursos complementares à parceria, que, obviamente, serão reinvestidos no HVEP para aumentar sua capacidade de atendimento, sem ter que gastar mais dinheiro público”, sem embargo de acrescentar que “(...) apesar de desejável e classificatório, a realização de pesquisa, ensino e extensão não foi considerado um item obrigatório e suscetível à eliminação da proposta”, assinalando que “(...) os projetos apresentados pela OSC deverão ser previamente avaliados pela Comissão de Gestão, que poderá pedir ajustes ou reprová-los motivadamente” (fls. 08/09 da [Peça n.º 20](#)).

Análise

35. A denúncia formulada pelo Representante não se sustenta. Os esclarecimentos prestados pelo IBRAM são suficientes para afastar eventuais dúvidas quanto à questão. A documentação constitutiva do Edital em tela não faz menção à criação de faculdade de medicina veterinária, exigindo-se, tão somente, que a organização social interessada na parceria deveria apresentar *Plano de Educação em Saúde*, com objetivo de avaliar ações voltadas à promoção da saúde animal, pública e ambiental, e ações relacionadas à guarda responsável para sensibilização da comunidade para redução de casos de maus-tratos e abandono de animais; além de *Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão*, item não obrigatório, conforme anunciado pelo jurisdicionado e expressamente previsto no Edital (fls. 15/16 da [Peça n.º 20](#)).

36. Assim sendo, considero **improcedente** a Representação quanto à alegada falta de condições para abertura de faculdade de medicina veterinária.

Conclusões e sugestões

37. No entendimento ministerial, os esclarecimentos trazidos aos autos pelo IBRAM em atenção à **Decisão n.º 2.079/2018** ([Peça n.º 09](#)) se mostraram suficientes e satisfatórios para afastar os pontos suscitados pelo Sindicato dos Médicos Veterinários do Distrito Federal – Sindvet/DF quanto a possíveis ilegalidades no **Edital de Chamamento**



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Terceira Procuradoria

Público n.º 01/2018, não restando evidenciada restrição ao caráter competitivo do certame nem tampouco ausência de requisitos básicos para o adequado funcionamento do HVEP ou previsão de criação de faculdade de medicina veterinária, conforme denunciado na Representação protocolada por aquele sindicato junto ao Tribunal ([Peça n.º 03](#)).

38. Em face das análises ora realizadas, este representante do **Parquet** especializado acolhe integralmente as considerações e conclusões expendidas pela Unidade Técnica, na forma consignada no parágrafo 9º, supra.

É o parecer.

Brasília, 6 de setembro de 2018.

Demóstenes Tres Albuquerque
Procurador